

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.676 - SP (2019/0224121-2)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : MARCOS ALVES DOS SANTOS
AGRAVANTE : CLAUDIANA INTERAMINENSE FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO : RUBIA RAQUEL MARTI MAMEDE - SP342286
AGRAVADO : MARCIA VITORINA ORNELAS LEUTZ
ADVOGADO : MILTON MARCELO HAHN - SP297362

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO TEMA. INVIABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO.

1. Ação de reparação por danos materiais e compensação por danos morais, decorrente de acidente de trânsito.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
4. A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República.
5. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
6. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por MARCOS ALVES DOS SANTOS e CLAUDIANA INTERAMINENSE FERREIRA DA SILVA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 29/05/2019.

Concluso ao gabinete em: 25/09/2019.

Ação: de reparação por danos materiais e compensação por danos

morais ajuizada pelos agravantes, em desfavor de MARCIA VITORINA ORNELAS LEUTZ, decorrente de acidente de trânsito.

Sentença: julgou procedentes os pedidos.

Acórdão: deu provimento à apelação interposta pela agravada e não conheceram do recurso adesivo dos agravantes, nos termos da seguinte ementa:

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO ENTRE MOTOCICLETA E AUTOMÓVEL. AUSENTE NOS AUTOS COMPROVAÇÃO DE QUE A RÉ TERIA DESRESPEITADO SINALIZAÇÃO DE PARADA OBRIGATÓRIA EM CRUZAMENTO DE VIAS. HIPÓTESE EM QUE A MOTO VEIO A COLIDIR NA PARTE LATERAL TRASEIRA DO AUTOMÓVEL, NO MOMENTO EM QUE A RÉ JÁ ESTAVA QUASE TRANSPONDO TOTALMENTE O CRUZAMENTO E JÁ HAVIA ULTRAPASSADO A FAIXA DIVISÓRIA QUE SEPARA AS DUAS PISTAS DA MESMA VIA. ENTENDIMENTO DE QUE O DIREITO PREFERENCIAL EM VIA PÚBLICA URBANA NÃO É ABSOLUTO, NEM AUTORIZA QUEM POR ELA TRAFEGA DEIXAR DE LADO A NECESSIDADE DE DIRIGIR COM AS CAUTELAS EXIGIDAS EM ZONA URBANA, ATENTO AO DEVER DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO, REGRA ESSA IMPOSTA A TODO CONDUTOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. CONJUNTO PROBATÓRIO INDICANDO QUE O ACIDENTE OCORREU POR CULPA EXCLUSIVA DO CONDUTOR DA MOTOCICLETA HONDA BIZ. SENTENÇA REFORMADA. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. PREJUDICADA ANÁLISE DO RECURSO ADESIVO.

Recurso de apelação provido e recurso adesivo não conhecido.

Embargos de Declaração: opostos pelos agravantes, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 34 e 44 do CTB, 371 do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que o autor estava trafegando na via preferencial, deixando a ré de obedecer as regras do Código de Trânsito Brasileiro, sendo a culpa exclusiva da demandada pelo evento danoso. Alega que o Tribunal de origem baseou-se em provas inexistentes nos autos.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 34 e 44 do CTB, 371 do CPC/15, indicados como violados, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Do reexame de fatos e provas

Ainda que superado o óbice do prequestionamento, observa-se que para alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere a culpa exclusiva do autor para a ocorrência do acidente, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgRg no AREsp 353947/SC, 3ª Turma, DJe de 31/03/2014 e EDcl no Ag 1162355/MG, 4ª Turma, DJe de 03/09/2013.

Além disso, a incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 1215736/SP, 4ª Turma, DJe de 15/10/2018.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 10% sobre o valor da

Superior Tribunal de Justiça

causa (e-STJ fl. 262) para 12%, observada a concessão da gratuidade de justiça (e-STJ, fl. 56).

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora